

SESSÃO ORDINARIA DE 29 DE JUNHO DE 2018

ACTA N.º 3/2018

(CONTÉM 30 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de 18 de junho de 2018, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Miniauditório, pelas 09h30m, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada no dia 20 de abril de 2018;
4. Miranda Cultural e Rural, EM – Em liquidação – Apreciação do relatório e contas de 2017 – Reposição de equilíbrio financeiro;
5. Apreciação da consolidação de contas de 2017 da Miranda Cultural e Rural, E.M. – Em liquidação;
6. Transportes escolares em serviço público de transportes rodoviários – Ano letivo 2018/2019 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais;
7. Minutas de acordos de execução de delegação das competências, previstas nas alíneas a), b) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a celebrar entre a Câmara Municipal de Miranda do Douro e todas as Juntas de Freguesia e Uniões de Juntas de Freguesias do Concelho de Miranda do Douro;
8. Aprovação da designação de Fiscal Único para o mandato de 2017-2021 para a Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.;
9. Aprovação da alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2018;
10. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro – Relatório anual 2017 da CPCJ;

Sessão de 29 de junho de 2018

11. CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro – Plano de Atividades 2018;

12. Proposta de revisão legal de contas, triénio 2018/2019, nomeação de auditor externo;

13. Plano de saneamento financeiro – Programa de Apoio à Economia Local – Relatório de acompanhamento da execução do PAF – 1.º trimestre de 2018;

14. Ratificação da aprovação da adesão da Assembleia Municipal de Miranda do Douro à ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais);

15. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Maria Virgínia Lopes Preto, Luz Jesus Guerra João, Urbino Anjos Correia, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, Antero Correia Besteiro, António Augusto Castro Carção, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Alberto José Raposo; Marisa Pardal Lavrador, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Zulmira do Nascimento M. Cristal Firmino, Priscila Salomé R. Oliveira, Mário João Ferreira Vaz, Carlos E. Córdova Pêra, José Marcelino Antão, Camilo A. Vaz das Neves Raposo, Abílio Domingues Pires Barril, Manuel Guerra Gonçalves, António Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Luís Augusto Lucas, Aquilino José Morete Ginjo, Orlando Seixas Vaqueiro, Silvino F. Preto da Silva, fez-se representar por Bela de Fátima Pino Ramos, e Adérito dos Santos Martins.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: o Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues Nunes, e os Vereadores, Ilídio Maria Rodrigues, Anabela Piedade Afonso Torrão, e Manuel Rodrigo Martins. -----

Registando-se quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos do Nascimento Ferreira, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta e cinco minutos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão cumprimentando todos os que se encontravam presentes. -----

De seguida informou que, a Deputada Helena Maria Ventura Barril renunciou ao mandato, alegando incompatibilidades de ordem profissional. ----

Transmitiu que, nos termos dos artigos n.ºs 57.º e 58.º do Regimento da Assembleia Municipal, cuja redação respeita à substituição de membro na Assembleia Municipal, aponta que, a renúncia é comunicada por escrito e dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, tendo a deputada procedido de acordo com o estabelecido no regimento da Assembleia Municipal. -----

Acrescentou que, o Regimento da Assembleia Municipal enuncia que uma renúncia deve ser comunicada na primeira sessão da Assembleia Municipal, imediatamente a seguir ao ato de renúncia. E tratando-se de uma coligação, a vaga deve ser preenchida por um/a deputado/a do mesmo partido do membro que renunciou ao mandato. -----

Comunicou que, entretanto, entrou em contacto com o Deputado António Carção, enquanto líder parlamentar da coligação PSD/CDS-PP, e que este, por sua vez informará a Assembleia Municipal a respeito de quem são os membros que se seguem na lista dos eleitos pela lista apresentada pela coligação PSD/CDS-PP, para convocar o membro a seguir na lista do PSD/CDS-PP. -----

Prosseguiu, dando conhecimento da necessidade de introduzir dois assuntos na ordem de trabalhos, designadamente, a **“Extinção da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes - EcoCITRAS”**, e a **“Informação/proposta de atribuição de insígnias honoríficas e de mérito a atribuir no dia 10 de julho de 2018 - Dia da cidade de Miranda do Douro”**. --

Perguntou se algum membro se opunha à introdução destes dois assuntos na ordem de trabalhos desta sessão, ou se alguém se abstinha. -----

Não tendo nenhum membro manifestado oposição à introdução destes dois assuntos na ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade, introduzi-los, tendo-se abtido um membro nesta votação. -----

Os assuntos foram agendados sob os números 15 e 16 na ordem de trabalhos, pela ordem acima mencionados. -----

Na falta da 2.^a Secretária da Mesa desta Assembleia Municipal, por motivos de ordem profissional, o Presidente da Assembleia Municipal propôs nomear para assumir tais funções ao Deputado Mário Vaz, com o que todos concordaram. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir no ponto número um da ordem de trabalhos, não se tendo inscrito nenhum membro. -----

1. INFORMAÇÕES-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da correspondência que foi remetida a esta Assembleia Municipal por parte da Assembleia Municipal de Fafe e da Assembleia Distrital de Bragança. -----

A Assembleia Municipal de Fafe, enviou uma moção respeitante à regionalização, e a Assembleia Distrital de Bragança enviou um ofício relativo à instalação e eleição dos membros da respetiva mesa para o mandato do quadriénio 2017/2021. -----

Os membros da Assembleia Municipal tomaram conhecimento do teor dos documentos acima mencionados. -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Carção, Mário Torrão, Orlando Vaqueiro, Priscila Oliveira, Alberto Raposo, Aquilino Ginjo, Antero Besteiro, Camilo Raposo, e Mário Vaz. -----

O **Deputado António Carção**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e em seguida, dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal e ao respetivo Executivo lançou um desafio. -----

Antes, procedeu à leitura de uma notícia publicada no Jornal de Notícias, datada do dia 21 de maio do ano em curso. A referida notícia respeita a duas propostas apresentadas pelos Municípios de Montalegre e de Boticas, respeitantes ao reconhecimento pelas Nações Unidas daquelas regiões como património agrícola mundial. -----

Considerou que, este Concelho, pelas suas características naturais, também poderia apresentar uma proposta deste género. À semelhança de

muitos outros concelhos do país a quem lhes foram reconhecidos uma série de títulos a nível mundial. -----

Em sua opinião, e tendo em consideração aos usos e costumes deste Concelho, considera que é justo esse reconhecimento, além de que, a projeção mundial do Concelho de Miranda do Douro tem todo o interesse a diversos níveis, sendo uma forma de dar visibilidade a esta região. -----

Exteriorizou que, à semelhança de outros autarcas que passaram por este Município, o Presidente da Câmara Municipal deveria deixar a sua marca, na qualidade de autarca, da sua passagem por esta autarquia. -----

Recorrendo ao apelo junto do Presidente da Assembleia Municipal, pediu que aquele incentive e ajude este nessa tarefa, porque considera que, seria uma forma de a todos engrandecer neste contexto. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que, efetivamente esta proposta é interessante, e que, deve ser debatida entre todos de modo a consolidar propostas. -----

Afirmou que, efetivamente neste território, mais que em qualquer outro, se encontram aspetos dignos de reconhecimento por parte da UNESCO. -----

Expôs que, em Portugal ao longo dos anos têm vindo a ser reconhecidos como património da humanidade diversos aspetos, quer no âmbito do património material, quer do património imaterial. -----

Acrescentou que, neste âmbito existem diversos programas de candidatura, através dos que é atribuída relevância a aspetos que existem exclusivamente numa determinada região. -----

O **Deputado Mário Torrão** apresentou os seus cumprimentos a toda a audiência e seguidamente procedeu à leitura de uma intervenção que apresentou por escrito, cujo teor passa a ser transcrito para a presente ata. -----

“Em primeiro lugar, e, porque me vou referir a situações concretas, registadas na freguesia de Cicouro, ao longo dos últimos anos, quero que fique claro que não estou a fazê-lo, deixando-me levar por sentimentos mais ou menos sectaristas, ou qualquer tipo de parcialidade. -----

O conhecimento de atos discriminatórios, lesivos dos direitos de igualdade e imparcialidade, serão sempre motivo da minha inquietação e, como

tal, de intervenções minhas neste local, no sentido de por termo à sua manutenção. -----

Basta delas, tomar conhecimento e denunciá-las-ei. Decorram elas onde decorrerem. -----

Para mim, não haverá jamais, pessoas de primeira ou de segunda, em função do local onde residem. -----

Na última sessão desta assembleia, a 20 de abril passado, e, a propósito dos arranjos urbanísticos efetuados, segundo o Sr. Vereador Ilídio Rodrigues, nos últimos 2 anos, foram, conforme o mesmo, dissertados os critérios que estiveram na origem da sua feitura; tendo concluído (e cito) “não foi uma operação cirúrgica onde foram escolhidos os locais para obter votos”. -----

Permita-me que lhe diga, Senhor Vereador que, eu, da minha simples condição de humano, penso de forma diferente. -----

Mas agora pouco importa matutar sobre os critérios utilizados. -----

Para mim, o critério que se deverá impor sempre nestas situações, é o critério da necessidade e, claramente, não foi esse o que prevaleceu. -----

Vários exemplos poderia aqui apresentar, mas, não vou fazê-lo por julgar o assunto pouco oportuno. -----

Passando à frente: -----

A freguesia de Cicouro, em consequência da sua localização territorial, bem como de decisões políticas, que se alicerçaram em critérios de pura discriminação negativa, vem, desde há várias décadas a ser vítima de um atraso económico, social e até cultural, que ainda se faz sentir. -----

Senão vejamos: -----

- Foi a última freguesia do norte do Concelho a ser servida por estrada; ---
- Foi igualmente a última a ser servida pela rede de telefones e eletricidade; -----
- Só na década de 70 começou a dispor do carro da carreira (2 vezes/semana); -----
- As dificuldades no acesso às novas tecnologias são notórias e preocupantes; -----

Nos anos de 1977/1978, foi feita a primeira grande intervenção na estrada municipal (451), (julgo não estar enganado no número, mas é a estrada que liga Miranda a S. Martinho, passando por Constantim e Cicouro), a qual culminou no seu alcatroamento em toda a sua extensão. -----

No ano de 1992, nova intervenção foi efetuada, sendo aumentada, ampliando o seu caudal de tráfico e asfaltada em toda a sua extensão. -----

Há cerca de oito anos, nova intervenção foi feita na mesma estrada, mas, ao contrário do sucedido anteriormente, foi intervencionada em toda a sua extensão, com exceção do troço “desde a igreja de Constantim, até ao cruzamento da St.ª Cruz, em São Martinho”. -----

Mais uma vez, esta freguesia foi discriminada de forma negativa e, com a agravante de que, desta vez, a analisar pelos fatos, a discriminação foi levada ao extremo da cirurgia política. -----

Não podemos aceitar! -----

Ainda que, à época tenha havido um precário remendamento nos pontos mais degradados. Não podemos aceitar!!! -----

Eu, na minha boa-fé, sempre estive convencido de que este seria um troço prioritário, a efetuar com a maior brevidade possível, dado o estado de degradação que evidencia. -----

Fiquei descartado da minha convicção no dia em que, recentemente, observei a sua marcação para efeitos de circulação rodoviária. -----

Por sobre os buracos do asfalto, por sobre ervas e arbustos, os jatos de tinta marcaram os seus limites laterais e centrais deixando uma indicação clara aos cidadãos de Cicouro - A DE QUE NÃO VÃO VER O TROÇO DE ESTRADA ASFALTADO BREVEMENTE - como aconteceu nas outras freguesias por onde passa a mesma estrada. -----

Como se tudo isto não bastasse, motivos para uma nova onda de indignação chegaram ao conhecimento dos cicourenses nos últimos tempos. ----

Motivos esses que se prendem com o plano de abastecimento de água potável às aldeias do norte do Concelho. E que, de acordo com os dados que aleatoriamente vão chegando ao conhecimento público, e que, segundo se conhece, não contempla a ligação à freguesia de Cicouro. -----

Este assunto, por se revestir de um interesse não escamoteável tem vindo a ser objeto de VÁRIAS conversas entre os residentes. Levando mesmo alguns a praguejar contra tal tipo de tratamento. -----

Durante uma dessas conversas foi referido pelo ex. representante local na Junta de Freguesia que: cito: - “A MIM FOI-ME GARANTIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL (NO MANDATO ANTERIOR) QUE NO DIA EM QUE FOSSE ABERTA A TORNEIRA PARA AS OUTRAS ALDEIAS, SERIA TAMBEM PARA CICOURO”, deixando claro a existência de um acordo entre o executivo camarário e a Junta de Freguesia no sentido de estender a rede de abastecimento de água potável a Cicouro. -----

Não exijo, nem peço uma discriminação positiva para a minha terra, mas exijo vigorosamente aqui ou em qualquer outro lado que cesse esta permanente discriminação negativa. -----

Posto isto, gostada de ouvir o que os senhores membros do executivo camarário têm a dizer sobre estes dois assuntos: -----

- Requalificação do troço de estrada entre Constantim e S. Martinho. -----
- Ligação a Cicouro da rede de abastecimento de água potável a construir. TENHO DITO!...” -----

O **Presidente da União de Freguesias Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes nesta sessão. -----

Em seguida, manifestou o seu sentido de relevância relativamente a dois eventos que decorreram recentemente neste Concelho, nomeadamente, o concurso da Raça Bovina Mirandesa, pelo que felicitou a Câmara Municipal, assim como, pelo apoio e empenho dados por parte da Câmara Municipal na realização do denominado “Festa na Aldeia”, que decorreu na localidade de Paradela. -----

Congratulou a Direção do Grupo Desportivo Mirandês, a toda a estrutura diretiva, os jogadores, toda a equipa técnica, e todas as pessoas envolvidas no grande feito que foi, a subida de divisão deste grupo desportivo. -----

Relativamente à execução da obra das infraestruturas de fornecimento de água à localidade de Ifanes, considera que está a ser feita uma grande asneira

Sessão de 29 de junho de 2018

e, por conseguinte, solicitou que seja agendada uma reunião entre a Junta de Freguesia que representa e os serviços técnicos da Câmara Municipal para esclarecer esta questão, de modo a providenciar no sentido de evitar futuros problemas. -----

A **Deputada Priscila Oliveira**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes, e em seguida, dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal perguntou se já havia indicação por parte das Infraestruturas de Portugal de uma data para dar início aos trabalhos de recuperação do troço da estrada nacional 218 conforme se circula em direção à barragem de Miranda do Douro, do lado direito indo para Espanha. -----

O **Deputado Alberto Raposo** cumprimentou todos os que se encontravam nesta sessão. Prosseguindo, agradeceu, em nome do Grupo de Pauliteiros da Póvoa, à Câmara Municipal, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, por ter convidado os Pauliteiros da Póvoa para representar o Município de Miranda do Douro no Festival das Nações, realizado na Roménia. -

Felicitou a Câmara Municipal pela realização de mais um encontro de idosos no Santuário de Nossa Sr.^a do Naso. No entanto, fez uma chamada de atenção para o facto de não ter havido zelo e dedicação por parte de alguns funcionários da Câmara Municipal na limpeza do espaço do pavilhão, cujo piso se encontrava cheio de água, não a tendo feito escoar. -----

Congratulou a Câmara Municipal pela realização de mais um concurso de Bovinos de Raça Mirandesa, chamando à atenção os deputados desta Assembleia Municipal por não participarem nos eventos, o que faz com que a credibilidade dos eventos se perca. -----

Disse que, tinha lido num jornal que a Associação de Criadores da Raça Bovina Mirandesa produziu, em 2017, duzentas e vinte e sete toneladas de carne e que tem encomendas que não pode cumprir, devido ao número de encomendas que têm, ser superior às que pode satisfazer. -----

Por tal motivo, manifestou-se orgulhoso e repudia o facto de se ter deixado implementar a referida Associação no concelho de Vimioso em vez de ter sido implementada no nosso Concelho. -----

Alertou para a atitude dos técnicos superiores da Câmara Municipal relativamente ao embargo de obras particulares, e relativamente aos pareceres emitidos pelo Gabinete Jurídico da Câmara Municipal a respeito destas questões. Disse que, caso não mudem de atitude solicitará por escrito que esses técnicos compareçam nesta Assembleia Municipal a prestar esclarecimentos relativamente a esta matéria. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim/Atenor**, Aquilino Ginjo, cumprimentou todos os que se encontravam presentes. -----

Prosseguiu felicitando a Câmara Municipal pela realização de mais um concurso da Raça Bovina Mirandesa. -----

Agradeceu à Câmara Municipal o apoio incondicional dado na organização do evento “Ronda das Adegas”, em que estiveram presentes o Vice-Presidente da Câmara Municipal, o Dr. Ilídio Rodrigues, e a Vereadora Anabela Torrão. Considera que, o Executivo Municipal esteve representado ao mais alto nível, na falta do Presidente da Câmara, por este se encontrar em representação do nosso Município fora do país. -----

Apelou a todas as bancadas parlamentares que deixem as políticas de parte e que se dediquem a construir um concelho melhor, independentemente das ideologias partidárias que defendam ou representem. -----

Expôs que, cada vez que é aberto um concurso para contratação de pessoal para a Câmara Municipal que aparecem cartas anónimas acusando o Executivo Municipal junto do Ministério Público. Considera que se trata de politiquice e que isso não deveria acontecer. -----

Acrescentou que, quem tem esse tipo de atitude, pensando que vai prejudicar o Executivo Municipal na realidade prejudica as pessoas que concorrem aos lugares e não os políticos, o que considera lamentável. -----

Felicitou o Presidente da Câmara Municipal pelos concursos que mandou abrir, na medida em que se trata de uma maneira de fixar mais pessoas no nosso concelho, e incentivou-o a abrir mais concursos. -----

Acredita que, este concelho precisa de pessoas jovens que dinamizem esta região, e que, para tal é necessário criar condições, nomeadamente, no que respeita a postos de trabalho. -----

Manifestou a sua preocupação relativamente às últimas notícias que lhe chegaram a respeito do IC5, disse que, concretamente à sua desclassificação. --

Por tal, sente-se constrangido e prevê que haverá falta de segurança no referido itinerário, que atualmente é garantida pelo atual concessionário, nomeadamente, a empresa ASCENDI. -----

Disse que, caso a via venha a ser desclassificada serão as Infraestruturas de Portugal a fazê-lo, e que provavelmente, deixará de haver vigilância, limpeza, e tratamento adequado da mesma, como por exemplo, os serviços do veículo limpa neves na época de Inverno. -----

Propôs ao Presidente da Assembleia Municipal que seja apresentada até ao final desta sessão uma moção de censura relativamente a esta questão, e que, caso essa desclassificação venha a ocorrer, que fique registado que esta Assembleia Municipal se opõe rotundamente a esta situação. -----

Por outro lado, considera que, nessa moção devem ser reivindicadas outras questões, concretamente, alongar o percurso do IC5 até Miranda do Douro, e implementar no terreno as áreas de localização industrial. Entre outras ideias que venham da parte de outros membros desta Assembleia Municipal, que em sua opinião deveriam constar na moção. -----

Apelou à união de esforços, por parte de todos em defesa do desenvolvimento deste concelho, manifestando a posição tomada por este órgão autárquico às entidades da tutela. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimento a respeito desta questão. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os que se encontravam presentes. Continuando a sua intervenção explicou que, todos os autarcas que se encontram na zona do IC5 se sentem preocupados relativamente a esta matéria e que se tinham reunido na passada segunda-feira em Vila Flor para discutir esta questão. -----

Comunicou que, lhes foi chegando a notícia de que existe a intenção por parte das Infraestruturas de Portugal de resgatar o IC5, entre outras vias, o que significa que esse itinerário será desclassificado, passando a ser uma estrada nacional comum. -----

Esclareceu que, nenhum dos autarcas cujo município se encontra integrado na zona por onde o referido itinerário passa foi informado nem consultado relativamente a essa pretensão, e que já foi comunicado por escrito esse facto à entidade pretensora. -----

Referiu que, os painéis informativos deixarão de existir, assim como, a zona de apoio logístico, as câmaras de vigilância, o arranjo das bermas e do pavimento, tal como o concessionário tem estado a operar até agora. -----

Mencionou que, o tráfego no IC5 tem aumentado consideravelmente o que só por si justifica o serviço de manutenção que está a ser prestado pela ASCENDI. -----

Informou que, já se fez chegar às Infraestruturas de Portugal e ao Ministério da tutela, quer no âmbito da Comunidade Intermunicipal, quer no âmbito dos Municípios envolvidos, a posição de todos os interessados relativamente a esta questão. -----

Declarou que, apoia a manifestação de repúdio da intenção das Infraestruturas de Portugal de resgatar o IC5, por serem, mais uma vez, os Municípios do interior penalizados neste âmbito. -----

Agradeceu ao Presidente da União de Freguesias de Sendim/Atenor por ter abordado esta questão que é do interesse de todos, e a todos preocupa. -----

Fez uma abordagem a respeito do Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT,) através do que é determinado o futuro do investimento público para todo o norte do país até 2030. Recomendou a todos os autarcas que deem uma vista de olhos pelo documento onde o PNPOT vem descrito, acrescentando que não está previsto nesse documento nenhum investimento público ao nível das infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias para os próximos dez anos para esta região, o que condiciona muito o desenvolvimento deste território. -----

Informou que, esse facto foi reivindicado através da CIM-TTM, tendo proposto a conclusão do IC5 até Miranda do Douro, assim como, a questão do corredor ferroviário para o Douro. -----

Sugeriu que, na próxima sessão da Assembleia Municipal sejam apresentadas propostas concretas para o 2030 e apelou aos Deputados desta

Assembleia que unam esforços e em conjunto reivindicuem um futuro mais prospero para este concelho. -----

O **Deputado Antero Besteiro** cumprimentou todos os que se encontravam presentes. Continuou felicitando a Câmara Municipal e os funcionários da Câmara que participaram na realização do concurso da Raça de Bovinos Mirandesa, pela colaboração prestada no evento. -----

Agradeceu ao Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas pela sua participação e pela iniciativa da chega de touros, realizada aquando do concurso acima mencionado. -----

Referiu que, se verificou a redução do número de animais expostos, devido a vários fatores, nomeadamente, a seca, e o envelhecimento da população. -----

Pedi encarecidamente aos membros do Executivo Municipal que atualizem o valor dos prémios, atribuídos nas diversas secções, destes concursos e que acerte com os demais municípios integrados no solar da Raça Bovina Mirandesa para que os prémios sejam melhorados. -----

Chamou à atenção dos deputados desta Assembleia por não participarem nos eventos, para os que são convidados pela Câmara Municipal, o que considera inadequado por parte de pessoas que são eleitas pelos Mirandeses para ocuparem estes lugares. Disse que, os criadores devem ser apoiados e acarinhados para que continuem a fazer o seu trabalho. -----

Felicitou o Executivo da Câmara Municipal pela limpeza que mandou fazer no parque do rio Fresno, assim como, pela recuperação de muros que se encontravam derrubados. Também congratulou o Executivo Municipal por ter mandado limpar as oliveiras que se encontram junto da E.N. 218, vindo da barragem de Miranda do Douro. -----

Chamou à atenção para as más condições em que se encontram as casas de banho da estação de autocarros desta cidade, e pediu ao Presidente da Câmara Municipal que providencie no sentido de mandar arranja-las. -----

Agradeceu à Câmara Municipal por ter mandado arranjar os passeios junto à ponte do rio Fresno. -----

Referiu que, verificou num passeio pelo nosso concelho, que o Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas tinha mandado limpar as eiras, o que também é uma forma de conservação, sobretudo dos pastos. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Vila Chã, disse que, o mesmo não acontece na sua freguesia, onde o baldio não está devidamente tratado, e que devia mandar cortar o feno para não estragar o pasto do vale. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que, na visita que fez pelo nosso Concelho que tinha constatado o mau estado das bermas das vias. -----

Felicitou o Presidente da União de Juntas de Freguesia de Ifanes/Paradela, o Dr. Orlando Vaqueiro, assim como o Arqt.º Miguel Martins, pelo evento realizado na localidade de Paradela, denominado “Há Festa na Aldeia”, pela forma como foi organizado e pelo êxito que teve junto da população, tendo também felicitado a Câmara Municipal pela colaboração dada neste evento. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Raposo, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes. ---

Continuou a sua intervenção dando uma palavra de apreço e agradecimento à Câmara Municipal e aos seus funcionários pela colaboração e desempenho prestados no concurso da Raça Bovina Mirandesa, em Malhadas, manifestando que há gente que se dedica de forma briosa a estes eventos. -----

Agradeceu ao Deputado Antero Besteiro as palavras que lhe dirigiu e concordou com ele quando disse que os prémios atribuídos aos criadores não são de facto avultados. Acrescentou que, na data em que o concurso decorreu o Presidente da Câmara Municipal manifestou a vontade de rever o valor dos prémios atribuídos. -----

Expressou que, o concurso de Bovinos de Raça Mirandesa deveria de decorrer sempre no concelho de Miranda do Douro, porque durante o evento ouviu diversas pessoas comentar que, a Câmara Municipal de Miranda do Douro é a entidade que melhor organiza este concurso. Disse que estas foram também palavras do Presidente da Associação de Bovinos da Raça Mirandesa.

Terminou dizendo que o concurso decorreu de forma brilhante e recomenda-se. -----

O **Deputado Mário Vaz** cumprimentou todos os que se encontravam presentes, e prosseguindo congratulou-se pelo concurso de bovinos de Raça Bovina Mirandesa, ao evento realizado em Paradela, “Há festa na Aldeia”, e à conquista conseguida pelo Grupo Desportivo Mirandês. -----

Referiu que tem constatado nas atas que têm sido apresentadas propostas pelos deputados e deputadas eleitos nas últimas eleições, e congratula-se por tal facto, considera que as questões levantadas são todas elas muito pertinentes. -----

Manifestou o seu interesse pela questão levantada pela Deputada Priscila Oliveira, relativamente ao troço da Estrada Nacional 218, dizendo que é algo que a todos preocupa, e que é do interesse de todos que esse troço seja arranjado, por ser muito importante para a cidade de Miranda do Douro. -----

Considera importante tratar desta questão, propondo que, caso os órgãos autárquicos deste concelho assim o entendam que deve ser apresentada uma moção junto das entidades da tutela de modo a fazer pressão para resolver esta questão. -----

Referindo-se às políticas de juventude, que têm vindo a ser discutidas nesta Assembleia, segundo constatou na ata da última sessão da Assembleia, alertou para o facto de já existirem alguns órgãos nesse âmbito, alegando a necessidade da presença dos jovens, pertençam eles a este órgão ou a outros, sobretudo os que representam esta Assembleia no Concelho Municipal da Juventude Mirandesa. Transmitiu que, têm vindo a tentar trabalhar no Concelho Municipal da Juventude, na implementação da semana da juventude, e no orçamento participativo jovem. No entanto, a falta de quórum, principalmente de pessoas que representam outros organismos, tem vindo a ser um grande impedimento para a implementação destas políticas jovens, tornando-se difícil avançar se não se verificar participação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para dar resposta às questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal que intervieram neste ponto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dando resposta às questões colocadas pelo Deputado António Carção. Respondeu que, enquanto Presidente da Câmara Municipal é sua intenção deixar uma marca da sua passagem por este município não em nome individual, mas em nome de todos os que integram o Executivo Municipal, por se tratar de um projeto conjunto apresentado aquando da sua candidatura, sendo seu objetivo cumprir ao máximo o programa eleitoral apresentado. -----

Quanto à proposta de apresentação de candidatura a património da humanidade na UNESCO respondeu que há essa intenção. Não apenas no que toca à língua mirandesa, porque caso se consiga a retificação da carta das línguas minoritárias a língua mirandesa terá um enfoque não só a nível europeu, mas também mundial. Transmitiu que, também há essa intenção relativamente aos pauliteiros. Que tem estado a ser feito um trabalho para que sejam o ex-libris, deste concelho, em termos culturais, pretendendo inscreve-lo na matriz do património imaterial em Portugal. -----

Quanto às questões colocadas pelo Deputado Mário Torrão acerca de Cicouro, disse que, posteriormente o Vereador Ilídio Rodrigues prestaria os respetivos esclarecimentos. -----

No que respeita ao arranjo do troço da Estrada Nacional 218, informou que, reuniu com as Infraestruturas de Portugal, em Lisboa, e que está previsto que as obras arranquem entre o final do mês de agosto e o princípio de setembro do corrente ano. -----

Relativamente ao IC5 concordou com a apresentação da moção proposta.

No que respeita à revisão dos prémios a atribuir no Concurso de Bovinos de Raça Mirandesa, disse que, tem a intenção de melhorá-los. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ilídio Rodrigues, para esclarecer as questões colocadas a respeito de Cicouro. -----

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Dr. Ilídio Rodrigues, cumprimentou todos os que se encontravam presente e em seguida respondeu ao Deputado Mário Torrão. Declarou que, a freguesia de Cicouro nunca foi discriminada em nenhum sentido. Quanto ao atraso cultural a que se referiu o

deputado não compreendeu o que quis dizer com isso. Relativamente ao atraso social e económico respondeu que uma é consequência da outra e que cabe a todos dar o seu contributo para que tal mude, seja na qualidade de cidadão comum, seja na qualidade de político. -----

Em relação ao arranjo da estrada referiu que, em 2009, quando entrou para a Câmara Municipal o auto das medições da execução daquela via não contemplava o asfaltamento da estrada na sua totalidade. Desconhece se isso aconteceu por falta de dinheiro, ou por lapso. -----

Acrescentou que, esse não foi caso único e houve necessidade de cortar investimento nas vias que não estavam tão danificadas. -----

Relativamente ao abastecimento de água ao setor norte deste concelho declarou que, já tudo foi dito. Acrescentou que a obra que está a ser executada neste momento se trata de uma candidatura no âmbito do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos). -----

Explicou que, Cicouro não entrou nesta candidatura por duas razões, primeiro porque a qualidade da água de Cicouro não está em causa, e em segundo lugar, caso a freguesia de Cicouro tivesse sido contemplada na candidatura a mesma não teria sido aprovada, devido ao rácio entre o valor a pagar pela obra e o número de pessoas que iria servir. -----

Esclareceu que, existe a intenção de melhorar o fornecimento de água a Cicouro e alguns desses trabalhos já vão ser feitos neste momento, com a execução de uma conduta que vai desde Constantim e Cicouro. -----

Quanto à intervenção do Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela, disse que, não sabe a que asneiras se refere. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém pretendia inscrever-se novamente, tendo-se inscrito o Deputado Mário Torrão.

O **Deputado Mário Torrão** dirigindo-se ao Vereador Ilídio Rodrigues, ao qual diz, tê-lo acusado de certa forma de má fé, respondeu que, caso tivesse de má fé continuaria esta conversa de café e não teria trazido este assunto à sessão desta Assembleia. Quanto ao asfaltamento da estrada, referiu que, o mesmo foi feito há nove anos e desde então a esta parte a estrada nunca mais foi intervencionada, nem sequer foram feitos simples trabalhos de conservação.

No que respeita ao fornecimento de água a Cicouro, declarou que, não tinha dito que tivesse tomada alguma decisão, fez apenas uma pergunta. -----

O **Vereador Ilídio Rodrigues** respondeu que, a Câmara Municipal se compromete e levar a água para Cicouro. -----

Neste ponto foi apresentada uma moção de repúdio contra o resgate do IC5, que mereceu aprovação unânime, por parte dos membros desta Assembleia Municipal cujo teor passa a ser transcrito. -----

“Moção contra a desclassificação do IC5

No dia 29 de junho de 2018 a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, em reunião ordinária, vem por este meio tomar posição acerca da desclassificação do Itinerário Complementar 5 (IC5) que realiza a ligação Pópulo a Duas Igrejas. -----

Neste momento em que as políticas de interioridade e descentralização da decisão política se mostram prioridade no panorama nacional; -----

Pela demografia específica regional e escassez de vias complementares, sendo a única via deste género em todo o interior norte; -----

Pelo aumento do número de veículos transitados, mesmo quando comparado com o tráfego esperado aquando da sua projeção; -----

Pela necessidade de coesão na distribuição de recursos, de modo a potencializar as gentes e territórios do nordeste transmontano. -----

Vimos por este meio demonstrar a nossa preocupação com a possível desclassificação do IC5, perdendo a qualidade de manutenção de infraestrutura, vigilância e assistência ao utilizador que tem vindo a ser prestada. -----

Mais acrescentamos, que, a mesma via aguarda ainda a sua conclusão com ligação à sede de município (Miranda do Douro) e restante ligação internacional até Espanha. -----

Pelas razões acima citadas, se vota o documento em Assembleia Municipal de Miranda do Douro.” -----

Foi deliberado por unanimidade remeter esta moção às seguintes instituições: Sua Excelência o Senhor Presidente da República; O Sr. Primeiro Ministro; O Sr. Ministro do Ambiente; O Sr. Ministro do Planeamento; O Sr.

Sessão de 29 de junho de 2018

Secretário de Estado do Ordenamento do Território; ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas; às Infraestruturas de Portugal, à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional; CIM, e às Câmaras Municipais de, Mogadouro, Alfandega da Fé, Vila Flor, Carraceda de Ansiães, Alijó, e Torre de Moncorvo. -----

3. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo verificado nenhuma inscrição, foi colocada a votação a ata da sessão realizada no dia vinte de abril de dois mil e dezoito, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto subsequente. -----

4. MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M. - EM LIQUIDAÇÃO - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2017 - REPOSIÇÃO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o deputado, António Carção. -----

Este assunto foi apreciado pelos membros da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Vereadora Anabela Torrão para elucidar a respeito desta questão. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** cumprimentou todos os que se encontravam presentes, e em seguida elucidou a respeito do relatório remetido à Assembleia Municipal. Referiu que, o saldo apresentado é negativo, sendo o seu valor de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), disse que, se deve ter em conta que se trata de uma empresa municipal em liquidação e que desde um de março do ano em curso o abate de gado e as respetivas receitas, que são do valor de € 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil euros), passaram desde

Sessão de 29 de junho de 2018

2016 para a Câmara Municipal, assim como, os funcionários afetos à empresa municipal, também passaram para a Câmara Municipal desde essa data, ao abrigo de um acordo de cedência. -----

Lembrou que, foi aprovado um plano por esta Assembleia Municipal que tem estado a ser cumprido. -----

Explicou que, o saldo negativo se deve às dívidas de empresas devedoras, que ainda não foram cobradas, de entre as quais, algumas fizeram já um acordo para saldar as mesmas, outras serão cobradas coercivamente em Tribunal. Acrescentou que, restam algumas dívidas que não se conseguem cobrar por terem aberto falência as empresas e já não existirem, e ainda, algumas de pequenos valores que não justificam abrir processos para cobrar os mesmos porque se tornaria mais dispendioso o processo que o valor a cobrar. -

Deu um louvor a todos, os que têm estado a trabalhar na empresa municipal, desde os administradores aos funcionários. -----

Referiu que, o ano passado é um ano de referência, e que, foram abatidas quinhentas e quarenta e três toneladas de carne, de entre as quais cento e setenta e sete da raça mirandesa. Declarou que, temos uma cooperativa de referência e que a maior parte dos abates já estão a ser feitos em Miranda do Douro, e que é graças às Associações das raças autóctones que isso acontece. -

Disse que, é muito interessante falar de património mundial agrícola, mas que o que os criadores das raças autóctones precisam é de apoio direto, que tem estado a ser dado. Nomeadamente, apoio à sanidade, apoio aos criadores, apoio à raça mirandesa e à churra, coisa que o Deputado Carção durante doze anos, enquanto membros do Executivo Municipal, não quis apoiar. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** dirigindo-se à Vereadora Anabela Torrão disse que, devia ligar-se ao futuro e que deixasse o passado para trás. -----

Expôs que, apresentou apenas uma proposta ao atual Executivo, e que foi sempre dado apoio aos criadores das raças autóctones, tendo o atual Executivo Municipal tão só dado continuidade ao trabalho que já era feito quando ele integrava o Executivo Municipal. -----

Os membros da Assembleia Municipal tomaram conhecimento do Relatório e Contas de 2017 - Reposição de equilíbrio financeiro da Miranda Cultural e Rural, EM - em liquidação. -----

5. APRECIACÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DE 2017 DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M. - EM LIQUIDAÇÃO -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Este assunto foi apreciado pelos membros da Assembleia Municipal. -----

6. TRANSPORTES ESCOLARES EM SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS - ANO LETIVO 2018/2019 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Este assunto foi aprovado por unanimidade dos membros desta Assembleia Municipal. Tendo sido autorizada a assunção de compromissos para os transportes escolares em serviços públicos de transportes rodoviários para o ano letivo de 2018/2019. -----

7. MINUTAS DE ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS, PREVISTAS NAS ALÍNEAS A), B) E F), DO N.º 1, DO ARTIGO 132.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO E TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA E UNIÕES DE JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Alberto Raposo, Jorge Lourenço, e António Carção. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ilídio Rodrigues. -----

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** pediu a todos os Presidentes de Junta de Freguesia que enviem para a Câmara Municipal a ata da deliberação do órgão executivo da Junta de Freguesia e a ata de deliberação da Assembleia de Freguesia, porque sem esses documentos a Câmara Municipal não pode pagar

as verbas às juntas de freguesia, porque é necessário que aqueles órgãos tenham deliberado aceitar os protocolos. -----

Explicou que, as competências mantêm-se em todas as juntas de freguesia das autarquias, tendo aumentado o valor das verbas, com exceção da Junta de Freguesia de Miranda do Douro e da União de Freguesias de Sendim/Atenor. -----

O **Deputado Alberto Raposo** disse que, não se admira nada que os Presidentes de Junta não estejam atentos, pois, com estes protocolos têm tudo o que precisam e ninguém lhes pede responsabilidades. Afirmou que, vai estar atento e verificar por todas as freguesias deste concelho quem manda limpar e quem não o faz, e que os autarcas das Juntas de Freguesia devem ter maior zelo e mais dedicação às respetivas freguesias. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço, cumprimentou todos os que se encontravam presentes. -----

Relativamente aos acordos apresentados disse que este é um instrumento fundamental da gestão juntas de freguesia e que é pena não tenham podido ir um bocadinho mais além. -----

Agradeceu em seu nome e em nome dos demais Presidentes de Junta de Freguesia a atribuição deste reforço financeiro. -----

Referiu que, as juntas de freguesia precisam dessa verba para levar a cabo diversos trabalhos, nomeadamente a limpeza de espaços verdes, das bermas das vias de comunicação, das sarjetas, entre outros. -----

Disse que, a freguesia de Picote é das freguesias deste concelho que mais espaços verdes tem e, no entanto, é uma das que menos recursos financeiros possui. Apelou ao Executivo Municipal para ver se existe a possibilidade de encontrar uma forma de beneficiar a sua freguesia e agradeceu a abertura da Câmara Municipal para outras situações, no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas residentes. -----

O **Deputado António Carção** manifestou a sua satisfação pelos acordos apresentados, e lembrou que tem sido defensor da atribuição de verbas mais justas às juntas de freguesia. -----

Disse que, finalmente os acordos apresentam critérios e que sempre defendeu que não devem ser elaborados a avulso. Aludiu que, estão muito bem elaborados, mas que, vêm com nove anos de atraso. -----

Perguntou se o valor de cento e cinquenta mil euros, é apenas uma tranche do valor total a ser distribuído a cada junta de freguesia. Porque sendo esse o valor total que não é demais, porque em 1998 já eram transferidas, com estes critérios, para as juntas de freguesias verbas do valor de trinta mil contos, e que já lá vão vinte anos. -----

Perguntou ao Executivo Municipal quanto aumentou o valor das transferências do Estado para a Câmara Municipal. Afirmou que, atualmente a Câmara Municipal tem receitas muito mais avultadas em relação às que recebia há vinte anos atrás. -----

Considera que, as verbas a atribuir às juntas de freguesia também devem ser atualizadas, e que, comparativamente ao que era distribuído há vinte anos atrás atualmente deveriam ser distribuídos a cada junta de freguesia entre quatrocentos e quinhentos mil euros por ano. -----

Pretende que, fique ressalvado que o valor atribuído nos acordos vem com vinte anos de atraso, e solicitou que na próxima sessão da Assembleia Municipal sejam trazidos documentos onde conste a atualização dos valores recebidos pela Câmara Municipal do IMI, do FEF, e da EDP. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar um pequeno esclarecimento a respeito deste assunto. -----

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Ilídio Rodrigues, disse que a aplicação de critérios foi sempre uniforme e que foram sempre utilizados os mesmos critérios. Informou que, em 2016 e em 2017 os critérios foram os mesmos e que já então foram distribuídos cem mil euros a cada uma das juntas de freguesia. -----

Concordou com o Deputado António Carção quando afirmou que o valor atribuído a cada junta de freguesia é efetivamente baixo, mas que neste momento é o que se pode atribuir. -----



Este assunto foi aprovado por unanimidade dos membros desta Assembleia Municipal. -----

8. APROVAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO PARA O MANDATO DE 2017-2021 PARA A RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a designação de António Fernando Ledo de Matos, fiscal único para a Resíduos do Nordeste, S.A., para o período de 2017-2021. -----

9. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Carção, e Orlando Vaqueiro. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para dar uma explicação sucinta do que se pretende com a presente alteração. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que, há necessidade de proceder ao reajustamento do mapa de pessoal, para 2018, em função do funcionamento dos serviços da Câmara Municipal, bem como, em função das previsões do orçamento de Estado, no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais. -----

Expôs que, esses reajustamentos são necessários em parte para regularizar a situação dos técnicos superiores que integram as AECS (Atividades de Enriquecimento Curricular), assim como, dos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, para integrar o gestor de contratos públicos, havendo necessidade de contratar alguém com formação jurídica para o efeito. -----

No que se refere às chefias de nível intermédio, nível três, prevê-se a abertura de três postos de trabalho, para a reorganização do funcionamento dos serviços. -----

C
A

O **Deputado António Carção** disse que, esta questão do mapa de pessoal da Câmara Municipal vem à maior parte das sessões da Assembleia Municipal, e considera que é falta de estratégia por parte da Câmara Municipal.

Em seu entender, a Câmara Municipal devia ponderar relativamente à contratação de pessoal e das necessidades dos serviços e depois é que propunha os lugares que deviam ser criados em funções dessas necessidades.

Disse que, o que é gasto em vencimentos desnecessariamente podia servir para fazer face a outras despesas, designadamente, atribuir uma verba maior às juntas de freguesia deste concelho. -----

Considera que, no que concerne a esta matéria a Câmara Municipal tem tido falta de visão e pelo facto vota contra esta alteração ao mapa de pessoal. --

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes Paradela**, Orlando Vaqueiro, referiu que, não é contra os mapas de pessoal pois as instituições apenas podem trabalhar com matéria humana. E que, se a Câmara Municipal considera que precisa de pessoal é justo que recrute pessoal técnico competente. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal disse que, constatou que o mapa prevê a criação de um lugar de jurista, perguntou-lhe se efetivamente vai ser criado esse lugar. -----

Perguntou, se vão ser criados três lugares de chefias intermédias, e se está previsto recrutar sete técnicos superiores de educação física. -----

Quanto ao lugar de jurista, perguntou se a Câmara Municipal tem neste momento dados que possa apresentar a esta Assembleia por forma a dizer que a atual jurista da Câmara Municipal está tão atarefada de trabalhos, que justifique o recrutamento de mais um jurista. -----

Afirmou que, outros investimentos serão mais necessários, ainda que, concordando que é necessário pessoal técnico, considera que neste momento no aspeto jurídico a Câmara Municipal de Miranda do Douro está bem servida, e que, criar mais um lugar significa pura e simplesmente despesismo. -----

Quanto às chefias intermédias, disse que, é normal uma organização ter uma estrutura hierárquica hierarquizada, e quando uma entidade tem essa hierarquia é porque funciona muito bem e tem capacidade financeira para

CF
A

aguentar a hierarquia. É de opinião que, na Câmara Municipal de Miranda do Douro não se justifica a criação destes lugares, porque além de não ter colaboradores em número suficiente que justifique essa hierarquia, disse que, em breve os serviços terão apenas chefias. -----

Afirmou que, a Câmara Municipal de Miranda do Douro tem que ter um plano estruturado para o pessoal, como para outras áreas, e que lhe dá a impressão que estas alterações ao mapa de pessoal, são feitas a pedido, ou a conta gotas, ou que, se está a aguardar que a), ou b) tenha condições para entrar. -----

Quanto à transferência de competências para a autarquia, disse que, é de opinião que se deve deixar que as mesmas sejam transferidas e depois de identificadas as necessidades que sejam apresentadas as propostas. -----

Declarou que, se vai abster na votação deste assunto para não votar contra, porque a Câmara não justificou a criação nem do lugar de jurista, nem das chefias intermédias. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, a Câmara tem estratégia para a contratação de pessoal. -----

Explicou que, a primeira alteração ao mapa de pessoal se deveu a uma candidatura feita no âmbito do quadro comunitário, ao novo CCP – Código dos Contratos Públicos surge a figura do “gestor de contrato”, que obriga, devido às suas especificidades e complexidade jurídica a contratar um jurista. Outra prerrogativa é, a questão dos técnicos superiores que se encontram a trabalhar no âmbito das AECS (Atividades de Enriquecimento Curricular). -----

A área das águas e saneamentos, precisa de uma chefia a nível intermédio para fazer face a determinadas situações. -----

Afirmou que, há necessidade de reestruturar alguns dos serviços da Câmara Municipal para poder prestar melhores serviços aos cidadãos, sendo também uma forma de responsabilizar os serviços. -----

Informou que, ainda não se sabe que competências vão ser transferidas para as autarquias locais, logo, a estratégia não depende da Câmara Municipal, mas sim das orientações do Governo. -----

Este assunto foi aprovado, por maioria, dos membros desta Assembleia Municipal, com seis abstenções, e os votos contra dos deputados, Mário Torrão, António Carção, Marisa Lavrador, Priscila Oliveira, e Bela de Fátima Pino Ramos. -----

10. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MIRANDA DO DOURO – RELATÓRIO ANUAL 2017 DA CPCJ -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela, Orlando Vaqueiro. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro, expôs que o Plano de Atividades da CPCJ e o Relatório são aprovados pela Comissão alargada dessa entidade, esses dados são comunicados ao Ministério Público, à Comissão Nacional das CPCJ's, e à Assembleia Municipal para apreciação, não tendo a Câmara Municipal que intervir rigorosamente em nada do que toca a estas questões. -----

Este assunto foi apreciado pelos membros desta Assembleia Municipal. ---

11. CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MIRANDA DO DOURO – PLANO DE ATIVIDADES 2018 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Este assunto foi apreciado pelos membros desta Assembleia Municipal. ---

12. PROPOSTA DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS, TRIÉNIO 2018/2019, NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Este assunto foi aprovado por unanimidade dos membros desta Assembleia Municipal. -----

13. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PAF - 1.º TRIMESTRE DE 2018 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Este assunto foi aprovado por unanimidade dos membros desta Assembleia Municipal. -----

14. RATIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO À ANAM (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS) -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Foi ratificada a aprovação deste assunto por unanimidade dos membros desta Assembleia Municipal. -----

15. EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS CIDADES DE TRÁS-OS-MONTES - EcoCITRAS -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para explicar sucintamente de que trata este assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que, a Associação acima referida foi criada por volta de 2006/2007, era composta por um conjunto de cidades intermédias, entretanto, nunca foi constituída. -----

Recentemente o Tribunal de Contas veio pedir esclarecimentos a respeito da sua constituição, e da sua dissolução, a cada um dos municípios envolvidos.

Transmitiu que, foi feita uma reunião de carácter urgente para nomeação dos representantes dos municípios que integram esta associação. Foi elaborada a ata de nomeação dos órgãos respetivos e nessa mesma ata foi decidida a dissolução da referida associação. -----

Lembrou que, este assunto veio a esta sessão para ser autorizada a dissolução da entidade mencionada, devido ao facto de também ter autorizado esta Assembleia a sua constituição. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

C
A

Sessão de 29 de junho de 2018

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a extinção da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – EcoCITRAS. -----

16. Informação/proposta de atribuição de insígnias honoríficas e de mérito a atribuir no dia 10 de julho de 2018 – Dia da cidade de Miranda do Douro -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ---

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para elucidar sucintamente os membros presentes a respeito deste assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que, foi acordado consensualmente em reunião de Câmara a nomeação das entidades e individualidades que seriam galardoadas, este ano, com insígnias e medalhas de honra e mérito, durante as comemorações do “Dia da Cidade”. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para debater este assunto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Jorge Lourenço e António Carção. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço, absteve-se da votação deste ponto porque apenas tomou conhecimento deste assunto na própria sessão, e considera que se trata de um assunto relevante e que os membros desta Assembleia deveriam ter tido acesso a este documento com mais antecedência. É de opinião que deveria ter sido dada oportunidade aos membros desta Assembleia de apresentar outras propostas. -----

O **Deputado António Carção** recomendou que, este género de assunto seja tratado com mais antecedência, e embora concorde com a proposta apresentada pela Câmara Municipal que é um assunto que deve ser tratado com a devida prerrogativa. -----

O Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra, tendo o Presidente da Assembleia Municipal consentido, que o fizesse. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** informou que, este assunto foi abordado há um mês atrás em reunião de Câmara, e foi tratado apenas na reunião extraordinária de ontem devido ao facto de, por lapso, não ter sido

Sessão de 29 de junho de 2018

inserido na ordem de trabalhos da última reunião ordinária da Câmara Municipal, e por tal, apresentou um pedido de desculpas. -----

Este assunto foi aprovado por maioria dos membros da Assembleia Municipal, com uma abstenção. -----

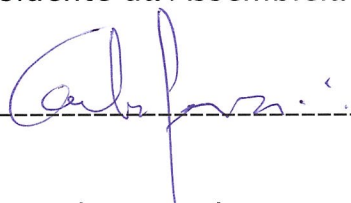
17. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram doze horas e trinta minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

